

REDE ESTADUAL EM

S. Tosta



Passeata da Educação no dia 10/6 reforça a mobilização da categoria

Passeata conjunta na Praia de Copacabana no domingo (dia 12) e assembléia na terça, às 14h, no Clube Municipal (dia 14)

Em assembléia dia 7 de junho com mais de 2 mil profissionais que superlotaram o salão nobre do Clube Municipal, na Tijuca, a educação estadual decidiu entrar em greve por tempo indeterminado. A falta de disposição do governo estadual em negociar e atender as reivindicações da categoria, que há anos luta por

valorização e melhores condições de trabalho, foi a gota d'água para a decisão. O tratamento repressivo dispensado pelo governo estadual contra a mobilização do Corpo de Bombeiros, que resultou na prisão de 439 bombeiros, lembrou bem à categoria a falta de democracia e a brutalidade com que o governador Sérgio

Cabral costuma tratar trabalhadores – especialmente os servidores que ousam reivindicar qualquer coisa – e também contribuiu para que a categoria resolvesse parar.

No domingo, a categoria, juntamente com bombeiros, PMs e outros segmentos do funcionalismo estadual farão uma grande caminhada, a

partir das 10h, na Praia de Copacabana, com concentração na Avenida Atlântica, altura da Avenida Princesa Isabel. Na terça-feira (dia 14 de junho), os profissionais realizarão nova assembléia geral, no Clube Municipal (Rua Haddock Lobo, nº 359, Tijuca) para decidir os rumos da greve (**v. calendário na p. 4**)

O QUE A REDE ESTADUAL REIVINDICA

Assembléia definiu os eixos da campanha salarial e da greve

A plenária que decidiu pela greve também aprovou os seguintes eixos da campanha salarial e da greve:

- 1) Reajuste emergencial de 26%;
- 2) Incorporação imediata da totalidade da gratificação do Nova Escola (prevista para terminar somente em 2015);
- 3) Descongelamento do Plano de Carreira dos Funcionários Administrativos da educação estadual;
- 4) Regulamentação do cargo de animadores culturais;
- 5) Resgate do pleno funcionamento, com qualidade, do IASERJ;
- 6) Eleição direta para diretores de escolas;
- 7) Pelo não fechamento das 22 escolas;
- 8) Carga horária de 30h para funcionários administrativos;
- 9) Enquadramento imediato dos processos parados, inclusive os dos profissionais de 40h;
- 11) Aplicação da Lei n.º 11738/2008, que garante 1/3 da carga horária dos professores para planejamento;
- 12) Toda solidariedade à greve dos bombeiros. Liberdade aos bombeiros presos, anistia e negociação já!

QUEM É O CULPADO PELA GREVE?

Ao saber da greve, o secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia procurou a imprensa para criticar a decisão soberana da assembleia da categoria e dizer que o governo estadual “sempre esteve aberto ao diálogo com o Sepe”. Aproveitando tais declarações de Risolia, o Sepe reforçou a solicitação de audiências com o governo do estado no tempo mais curto possível para que possamos discutir a questão salarial e das condições de trabalho.

Caso Risolia, Sérgio Cabral e outros membros do Executivo não saibam, a greve foi deflagrada porque eles não atenderam nem se propuseram a criar uma agenda para o atendimento das nossas principais reivindicações. Ao invés disto, o governo do estado causou a revolta dos profissionais com pacotes como o Plano de Metas, o Co-

nexão Educação, entre outros, lançados sem qualquer diálogo com as escolas e que visam à implementação de um sistema meritocrático e voltado para uma política mercantilista na educação estadual.

De qualquer modo, como forma de provar de que a rede estadual quer o diálogo e a negociação, o Sepe foi procurar, como já o fez diversas vezes neste ano, todos os canais possíveis – Alerj inclusive - para marcar uma audiência e retomar as negociações, antes da realização da assembleia geral da rede no dia 14 de junho. Não queremos uma greve longa, mas exigimos que o governador dialogue e atenda nossas principais reivindicações, que são razoáveis e possíveis de serem cumpridas, bastando para isto a vontade política da parte do governador Sérgio Cabral.

Comunidades protestaram na Alerj contra ameaça do fechamento de 22 escolas noturnas

Professores e alunos de 22 escolas que estão sob ameaça de extinção pela SEE realizaram um protesto no dia 2 junho, na Alerj. O Ato reuniu profissionais, alunos e demais membros das comunidades escolares e a mobilização conseguiu arrancar uma audiência com o presidente da Comissão de Educação do Legislativo estadual, deputado Comte Bittencourt.

Bittencourt disse aos manifestantes que, em sua conversa com o secretário Risolia, no dia da manifestação, foi informado que alunos e professores das referidas esco-

las seriam distribuídos para escolas num raio de 1,5 Km e que alunos e professores permanecerão juntos, não havendo, portanto, quebra da continuidade do processo pedagógico.

A diretora da Escola Estadual Fagundes Varela contestou a informação, fazendo um breve relato das condições impostas pela Seeduc para a remoção da escola e a Comissão de Educação se comprometeu a verificar as condições de instalação de cada uma delas. Os deputados presentes concordaram com a necessidade de visitar cada escola e de marcar uma audiência pública sobre o caso.

Legislação garante acesso do Sepe às escolas

Categoria não pode aceitar que Seeduc impeça o sindicato de entrar nas escolas

Com respeito ao relato de vários militantes do sindicato que reclamam estarem com dificuldades para entrar em escolas de vários municípios por causa das direções, que estão impedindo o livre acesso do sindicato, refletindo determinações das Coordenadorias Metropolitanas, o Sepe esclarece: o direito ao acesso nas unidades e ao contato com os profissionais que nelas trabalham é garantido por lei. Como o sindicato é o legítimo representante dos interesses dos profissionais de educação das redes públicas do Rio de Janeiro, portanto, não é legal a ordem de algumas Metropolitanas para que as direções das unidades estaduais tentem barrar os nossos direitos.

O Sindicato solicita a imediata comunicação destes casos ao nosso Departamento Jurídico para

que possamos garantir o livre acesso do sindicato às escolas, já que se trata de uma prerrogativa da representação sindical respaldada pela Constituição Federal de 1988. Veja trechos de um parecer do nosso Departamento Jurídico sobre o direito de acesso às escolas:

(...) "Neste quadro inclui-se os movimentos, inclusive grevistas na fase de negociação e reivindicações da categoria, sendo garantidos ao Sindicato os meios para o desenvolvimento da sua ação destinada a atingir os fins para os quais foi constituído, tais como acesso às Escolas e aos profissionais, ou de nada adiantaria a lei garantir a existência de sindicatos e negar os meios para os quais as suas funções pudessem ser cumpridas.

"(...) Apesar de ainda não ter sido disciplinado por legislação es-

pecífica, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de greve dos servidores públicos previsto na Constituição Federal de 1988, concluindo que, em casos de paralisação no funcionalismo público, deve ser aplicada a Lei 7.783, de 1989, que regulamenta as greves dos trabalhadores da iniciativa privada.

"(...) Dispõe o Artigo 6º da referida Lei:

6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constringer os direitos e garanti-

as fundamentais de outrem.

§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constringer o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

"A própria Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) incentiva a atuação negocial dos sindicatos, como instrumento de paz social e de grande utilidade técnica jurídica que permite às próprias partes de uma disputa trabalhista a escolha das normas a serem observadas para a composição dos seus conflitos."

VEJA QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS DURANTE A GREVE

Durante a década de 80, a luta dos trabalhadores assegurou diversos direitos, como o reajuste anual, o de sindicalização e o direito de greve para o funcionalismo público. Tais direitos estão previstos na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual e incomodam governos autoritários, que teimam em descumprir as leis e ameaçam os servidores cada vez que os mesmos se organizam para reivindicar seus direitos. Conheça os direitos do servidor concursado:

NOVOS CONCURSADOS: nunca

tivemos profissional de educação prejudicado no estágio probatório. Mesmo sendo um estágio de três anos, é assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o parágrafo 4º do artigo 41 da Constituição Federal (artigo 28 da Constituição Estadual número 18, de 5/2/1998). Também garante que o servidor só perderá o cargo mediante sentença judicial ou processo administrativo com direito à ampla defesa do

servidor. Vale também lembrar que, na avaliação do estágio probatório, itens como assiduidade e pontualidade não levam em conta a greve.

GLP: o decreto de criação da Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) estabelece que só perderá a gratificação aqueles que estiverem de licença médica acima de 15 dias (Decreto 25959 de 12/01/2000). Os dias de greve não podem ser contados como falta.

PONTO: o segundo governo de Leonel Brizola instituiu o ponto através do MCF (Mapa de Contro-

le de Frequência), onde são lançados os códigos. No decreto de criação do MCF consta o código 61 (falta por greve). Este código é estabelecido como código de informação e, não punitivo, como tem sido a prática da Seeduc. Por muitas vezes, temos conseguido negociar o abono de ponto. No governo Garotinho, conseguimos, inclusive, que não houvesse descontos dos dias parados na greve de 2001. A não utilização do corte de ponto por parte do governo, portanto, depende da força de nossa greve e das negociações.

**ASSEMBLÉIA GERAL DA REDE ESTADUAL :
14/6 (TERÇA) - 14H - CLUBE MUNICIPAL**

Boletim do Sepe - Rede Estadual é uma publicação do Sepe/RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16 de julho de 1977 R. Evaristo da Veiga, 55 - 7ª Bandeira Centro/Rio de Janeiro - CEP 20031-040 Tel.: 2195-0450 - www.seperj.org.br Tiragem desta edição: 20.000

Sem novidades na prestação de contas da Seeduc na Comissão de Educação da Alerj

No dia 18 de maio foi realizada uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Alerj, na qual a Seeduc foi convocada para uma prestação de contas do ano de 2010. Quando a Seeduc apresentou os dados recentes do "Conexão Educação", os mesmos tiveram sua veracidade colocada sob suspeita pela Comissão de Educação. É bom lembrar que existe uma representação do deputado Marcelo Freixo no Ministério Público contra o Projeto do Conexão, pelo mesmo colocar notas nos boletins dos alunos que sequer têm professor em algumas disciplinas.

Sepe pressiona para impedir boicote da categoria ao Conexão

Nessa audiência, o Sepe quase não precisou intervir, porque os dados falaram por si mesmos, mos-

trando que o governo estadual promove uma grande farsa quando diz que está investindo na educação estadual e isto tem que ser denunciado! Temos o exemplo da professora que se recusou a colocar nota em dois bimestres para alunos que não tiveram aula (ou o sistema assume o "Sem Professor" ou assume que mascara a real situação da rede). Mães dessa mesma escola denunciam que o boletim dos filhos ficou com nota 5 em disciplinas sem professor durante 3 bimestres. Se alguém ainda tem dúvida sobre o boicote proposto pelo Sepe contra o Conexão Educação e o Plano de Metas, aí está uma prova de que esta é a posição acertada da categoria.

Pelo fato de nosso movimento estar crescendo, a Seeduc colocou em seu site um apelo e uma sutil ameaça que, no entanto, não impediu que fosse adiada, mais uma

vez, o lançamento de notas nesse sistema totalmente desconectado com um projeto inovador de otimização de dados. Para o Sepe, o sucesso da gestão do ensino não depende de lançamento de notas num sistema caro e ineficiente. As notas dos nossos alunos fazem parte de um compromisso dos educadores com o processo de ensino-aprendizagem do qual não abrimos mão. O componente essencial para uma gestão político pedagógica na educação é um Projeto (não "plano de metas") comprometido com a educação pública, com a democracia, com a autonomia dos Projetos político-pedagógicos de cada escola, com uma política de salários dignos. Por último, precisamos lembrar a algumas diretoras que elas fazem parte da categoria e não podem se comportar como algozes a serviço do governo!

Sepe teve audiência com Secretário

O Sepe teve uma audiência no dia 9 com o secretário Wilson Risolia. Ele informou que não há novidade em relação às reivindicações salariais da categoria. Ele disse que somente no segundo semestre, quando "terá mais informações sobre a rede estadual", é que poderá falar alguma coisa sobre reajuste salarial. Como no dia 8, o secretário falou à imprensa que "as portas do governo estavam abertas para a negociação", o Sepe reforçou o pedido de audiência para, novamente, apresentar nossas reivindicações, no que foi atendido. O sindicato, no entanto, reforça a crítica de que o governo vem tratando com descaso todos os pleitos salariais desde o início do primeiro mandato de Cabral, em 2007.



Sepe realizou o maior Congresso de Educação da história

No maior Congresso da sua história, o Sepe reuniu cerca de 1.800 delegados no evento que se iniciou no dia 26 de maio e foi encerrado dia 28. A edição deste ano teve por tema "Escola não é fábrica, aluno não é mercadoria, educação não é negócio - Contra a meritocracia e produtividade na educação" e foi realizada no Clube Municipal, na Tijuca. No sábado, último dia, o Congresso contou com a presença da professora das redes públicas do Rio Grande do Norte, Amanda Gurgel, que se destacou na internet a partir das suas denúncias sobre a situação da Educação no Brasil.

CALENDÁRIO DE GREVE

10/06 (sexta)

Passeata da candelária até a Alerj, com concentração às 13h, na Candelária;

12/06 (domingo)

Passeata conjunta com os bombeiros na Avenida Atlântica, com concentração às 10h, na Avenida Princesa Isabel, e ida até o posto 6;

14/06 (terça)

Assembléia Geral dos Profissionais da Educação, às 14h, Clube Municipal (Rua Haddock Lobo, 359 - Tijuca).